



## FRATERNIDADE NA EXTENSÃO: RAIZES, RUMOS E ASAS

*Fraternity in extension: roots, paths and wings*

Heloisa Helena Albuquerque Borges Quaresma Gonçalves

Professora Adjunta da Escola de Engenharia de Produção do Centro de Ciência e Tecnologia - CCET/UNIRIO, professora extensionista na área de meio ambiente, coordenadora geral do Programa de Extensão Redes Colaborativas solidárias para Implantação do Decreto 5940/06 em Instituições Federais de Ensino Superior – RECOSOL

### Resumo

O objetivo desta comunicação é apresentar três resultados parciais de um projeto extensionista que se fundamenta na economia de comunhão na liberdade e nos bens relacionais. Alertar sobre os riscos decorrentes de ações extensionistas promovidas pela ilusão da separatividade pelos estudantes, docentes e cidadãos das comunidades atendidas pela extensão com “cabeça-cheia”. Destacar a relevância da fraternidade na extensão para promover o Plano Nacional de Extensão dentro do paradigma do um mais o outro maior do que dois e por uma nova consciência, por uma nova educação extensionista. Conclui que trabalhar é preciso na direção das asas, para que a extensão universitária possa transcender a visão conservadora e afirmar suas raízes e rumos fraternos.

**Palavras-Chave:** extensão; economia de comunhão; fraternidade.

### Abstract

The objective of this communication is to present partial results of an extension project which is based on the economy of communion in freedom and relational goods. Warn about the risks of actions promoted by extension illusion of separateness by students, teachers and citizens of the communities served by the extension "head-full". Highlighting the importance of brotherhood to the extent to promote the National Extension within the paradigm from one another by a new consciousness, a new education. It concludes that we must work toward the wings, so the university extension can transcend and affirm their roots and fraternal directions.

**Keyword:** extension; Economy of Communion; fraternity.

### 1. Introdução

Segundo o Plano Nacional de Extensão (PNE), a extensão universitária é “o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.” Porém, seria possível, com a cultura do individualismo e do modo de produção capitalista viabilizar uma mudança transformadora em benefício do Bem Estar da população brasileira que é contemplada com a extensão universitária?

Além disso, para o PNE, extensão é “uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico.”.

Mas, será que a extensão, com suas intervenções e ações efetiva pragmaticamente, na

sociedade a reciprocidade da “via de mão dupla”? Qual a natureza desta reciprocidade?

Para PNE, o percurso pode resultar que “no retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento adquirido.”.

Será mesmo, com as “cabeças-cheias”? Quais as disciplinas que se modificarão com o mencionado aprendizado?

E, o fluxo de interação (FORPROEX), que “estabelece a troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular, e afirma como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira, local e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.”.

Contudo, haveria evidências concretas de tal consequência, por exemplo, nos projetos políticos pedagógicos dos cursos acadêmicos universitários?

Por fim, e para iniciar um debate, “além de ser a extensão instrumentalizadora do processo dialético de teoria/prática, é um trabalho pedagógico interdisciplinar que favorece a visão integrada do social”.

Entretanto, em qual perspectiva de mudança interdisciplinar? Adaptativa ou transformadora? Em qual economia? Haveria como a extensão universitária intervir nas políticas públicas de estado e de governo com o seu “processo dialético de teoria/prática”? E, com este desconstruir as desigualdades socioambiental e econômica, vivida, vistas, e revistas pelos extensionistas, que ao passarem da consciência ingênua para a consciência crítica se surpreendem indignados, e buscam intervir em tais desigualdades com olhar do outro – os pobres e miseráveis?

Tais diretrizes seriam relevantes para nortear docentes, discentes e cidadãos extensionistas na sustentabilidade de uma universidade com iniciativas socioambientais pragmáticas esperadas e desejadas, sobretudo, nas universidades públicas?

Mas, cabe alertar que: a reforma do pensamento que leva para além de um conhecimento fragmentado, que por tornar invisíveis as interações entre um todo e suas partes, anula o complexo, e oculta os problemas essenciais, caminha de forma lenta e incipiente.

Além das questões provocativas supracitadas, em se tratando de extensão universitária cunhada com pesquisa e ensino, e educação, destaca-se aqui uma problematização e um desafio:

Até que ponto, os problemas complexos socioambientais - nos quais a população brasileira com necessidades e vulnerabilidades plurais imbricadas - serão resolvidos ou encaminhados para revisão das políticas públicas, sem o exercício do princípio esquecido: **a fraternidade na extensão**, e com a economia do modo de produção do capitalismo exacerbado, vigente, que eclipsa princípios éticos socioambientais?

Posto o desafio - fraternidade na extensão - que se pretender desenvolver sem a intenção de apresentar soluções, resultados conclusivos e sim problematizações, que estão destacadas ao longo desta comunicação.



## 2. Desenvolvimento

Para começar, destaca-se, por primeiro, qual o viés de extensão que se está considerando neste trabalho. Sendo assim, é aquela que aponta para uma concepção de universidade em que a relação com a população passa a ser encarada como a oxigenação necessária à vida acadêmica (PNE). Acrescenta-se a consideração da vida civil com felicidade pública.

Como ponto de partida é importante ressaltar e delimitar, qual sustentabilidade universitária, no bojo das iniciativas e práticas ambientais extensionistas, que está se desejando e se referindo. Caso contrário, se poderia afirmar: “Coleta Seletiva Solidária, e eu com isso?”.

Conforme, Agripa Faria Alexandre (2012, p.67), “é preciso não esquecer que a polissemia do termo sustentabilidade remete-nos as mais diferentes críticas às aplicações inadequadas e oportunistas, que tem sido utilizada com o fim de justificar o desenvolvimento das forças econômicas do capitalismo”.

Além disso, caberia alertar que é preciso não se esquecer da sociedade de consumo e do espetáculo, de todas as formas de secularismos, que com toda a sua insensatez, individualismo, ilusão da separatividade e massificação, se sustentam pela “mão invisível do mercado”. Invisível, até para a justiça socioambiental que parece ser cega ou cooptada.

Para Cattani, Vieira e Berkes (2003); Seixas (2005), “o avanço do conhecimento passa a ser medido através das correspondências com princípios de menor potencial ofensivo aos problemas ambientais”. A saber: princípio da prudência, princípio da precaução, resiliência e responsabilidade ambiental.

E aqui, a questão que se coloca é: afirmar a urgência de se inserir o princípio esquecido: a fraternidade na extensão universitária por meio de princípios como a reciprocidade, gratuidade, subsidiariedade, equidade e liberdade. Pois, da mesma forma em que a extensão é o terceiro ponto entre as funções da universidade e indissociável da pesquisa e do ensino, a fraternidade é o terceiro ponto do ideal indissociável da igualdade, liberdade, fraternidade. Bem como natureza/meio ambiente seria o terceiro ponto entre o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento econômico.

É preciso ressaltar que: extensão, natureza/meio ambiente são a raiz e o rumo dos demais pontos que as eclipsam. Todavia, com a ilusão da separatividade são consideradas desassociadas da vida humana pelos interesses que colocam as Vidas no planeta em último plano.

O “X” da questão aqui é que, estrategicamente, o princípio da fraternidade foi esquecido e “considerado” como se fosse parte do princípio da igualdade do qual na verdade é a raiz e rumo. O mesmo pode-se afirmar com a extensão, porque, a justificativa é que a extensão pode servir apenas para aplacar a “má consciência” a respeito do compromisso social da universidade pública com “programas pobres para pobres” (TAVARES, 2011).

Além disso, a extensão muitas vezes é considerada a partir da ilusão da separatividade (Weil, 1993), é desqualificada ou preterida entre a pesquisa e o ensino pois “o discurso da integração entre ensino, pesquisa e extensão é repetido, mas, na prática é pouco

implementado”.

Porém, a fragmentação não é apenas entre essas três funções da Universidade, é também presente entre as disciplinas que compartimentam o saber (TAVARES, 2011).

Com este contexto adverso como afirmar uma universidade com sustentabilidade socioambiental se o compromisso social ficar no plano do discurso extensionista?

Sabe-se que a sustentabilidade serve como estratégia definidora de programas e políticas públicas gerais e específicas bem como norte do desenvolvimento científico e hoje como “mazela” do desenvolvimento econômico. Sabe-se ainda que a área meio ambiente é uma das integrantes do PNE.. Todavia, as universidades se estudam, por dentro, a partir da temática meio ambiente?

Mas, até que ponto a sustentabilidade outra, àquela praticada por extensionistas que não priorizam e nem levam em conta a solidariedade técnica e fraternidade, na forma de compartilhamento do meio ambiente comum, é vigente?

Portanto, seria interessante investigar qual o modelo mental (Senger, 1999) que está consciente ou inconsciente nos coordenadores de programa, discentes e integrantes das ações extensionistas. Todavia, não é o escopo desta comunicação. Assim, deixa-se a questão para outras pesquisas no âmbito da extensão.

A seguir, os resultados parciais não conclusivos de uma experiência extensionista, que vem sendo desenvolvida na UNIRIO, no programa de extensão, pesquisa e ensino denominado Redes Colaborativas para a Implantação da Coleta Seletiva Solidária – RECOSOL, em I.F.E.S, cadastrado na Plataforma Brasil, segundo os princípios da economia de comunhão na liberdade e dos bens relacionais.

- **Uma experiência que vai além da “Cabeça – Cheia”**

Para Morin (2011, p.21) o significado de “uma cabeça bem-cheia” é óbvio. É uma cabeça onde o saber é acumulado, empilhado, e não dispõe de um princípio de seleção e organização que lhe dê sentido.

Se cabeças-cheias, por um lado, estão agindo na relação do fluxo de interação (FORPROEX), que “estabelece a troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular”, pode-se ter como consequência, uma ação extensionista inócua, estéril e afirmadora da lógica contemporânea: exclusão social, eclipse do outro, sobretudo, daqueles que sofrem diretamente as mazelas do sistema econômico. Mesmo que o discurso extensionista seja: estamos trabalhando com a comunidade para superar os entraves socioambientais.

Por outro lado, se cabeças “bem-feitas”, estão atuando em ações extensionistas, que em vez de acumular ou “trocar” o saber tem consciência de que é mais importante dispor ao mesmo tempo de: aptidão geral para colocar e tratar os problemas socioambientais com metodologias participativas e princípios organizadores, que permitam ligar os saberes e lhes dar sentido.

Pode-se ter como consequência, a concretude de uma produção do conhecimento e intervenções bem sucedidas que atendam às necessidades das comunidades, resultante do confronto entre os conhecimentos adquiridos nas disciplinas acadêmicas (fragmentadas)

com a realidade brasileira local e regional.

Ainda, se os extensionistas puderem reconhecer a Ferida do Outro (Bruni, 2010), que se encontra nas comunidades carentes de bens relacionais e não só nelas, e vitimizados pela ineficiência de ações não efetivas do Estado. Pode-se articular o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabilizar a relação transformadora entre universidade e sociedade por meio do princípio da subsidiariedade.

Porém, é preciso alertar o “X” da questão do reconhecimento da ferida do outro, considerando que existe uma realidade na relação dos extensionistas com os outros, chamada de “terceiro ponto de vista”, que pode ser sintetizada no conceito de “reciprocidade”. A principal característica dessa dimensão seria, justamente, o amor-recíproco, que não deve ser de forma alguma interpretado como egoísmo ou como simples altruísmo.

- **Uma experiência que é travessada pela economia de comunhão e bens relacionais**

Para avançar na direção de outro modo de se desenvolver um programa de extensão sem separar o que está ligado, sem isolar os objetos de seu meio ambiente, reconhecendo as correlações entre as disciplinas, reunindo e integrando os problemas, fazendo-se um com a comunidade; primeiro foi necessário conhecer o que pensavam os estudantes bolsistas e voluntários internos e externos à UNIRIO, sobre a vida civil e estar no mundo contemporâneo. A seguir, foi preciso contextualizar as metodologias participativas e dialógicas, os fundamentos da economia de comunhão na liberdade (Bruni, 1999), o significado de bens relacionais (Gui, 2005), destacar os paradoxos da felicidade, e a Arte de Amar (Lubich, 1990), e o que seria pragmaticamente uma “cabeça-bem feita” (Morin, 2011) na extensão com fraternidade.

Sabe-se que “cabeça bem-feita” é uma cabeça apta a organizar os conhecimentos e, com isso, evitar sua acumulação estéril. Na percepção da economia de comunhão estudantes extensionistas com “cabeça bem-feita” podem ser considerados como “estudantes novos” e os beneficiados do programa de extensão como “pessoas novas”, já que a reciprocidade de comunhão é desejada.

No caso do Programa RECOSOL as duas visitas de campo no Complexo do Alemão e em São João de Meriti para levantar as condições dos galpões das cooperativas de materiais recicláveis foi realizada dentro da lógica do amor-recíproco e da fraternidade.

Isto é, não é apenas levantar de forma instrumental os “dados” das não conformidades ambientais nos galpões das cooperativas. Para depois, simplesmente, cotejar o que diz o marco legal e as teorias ambientais e o que se encontrou no campo de pesquisa e registrar “fora da conformidade ambiental”.

Mas sim, a partir das necessidades de melhorias identificadas e posta em comum buscou-se nas Escolas de serviço social, nutrição, engenharia, educação o que pode se colocar na comunhão de bens (saberes, conhecimento técnico, também são bens) para melhoria das condições de saúde, trabalho, ergonomia e segurança nos galpões.

Caberia apresentar três dos resultados desta prática: (1) quatro estudantes de ensino médio do CEFET/Unidade Maria da Graça e do Colégio Pedro II colocaram em comum o conhecimento sobre segurança no trabalho e se disponibilizaram para doar um tempo de suas vidas para preparar a visita técnica intervencionista nos galpões. (2) Estudantes

bolsistas do curso de Ciência Ambientais e Biomedicina perceberam a relevância concreta entre ensino e extensão e buscaram integrar com o programa RECOSOL, docentes com expertise em Plano de Gerenciamento de Resíduos e manejo de produtos perigosos e os convidaram a cooperar com o Programa. (3) Uma docente do curso de engenharia de produção com formação em economia, na liberdade, colocou seus conhecimentos técnicos em meio para elaborar um edital para buscar recursos para o Programa RECOSOL. Tais evidências sinalizam a realização da interdisciplinaridade desejada no PNE, de forma espontânea e com bens relacionais presentes.

A reciprocidade de comunhão, não foi um exercício trivial e não se pode afirmar que está consolidada com um ano de prática. Construir interdisciplinaridade e bens relacionais “que só podem ser possuídos mediante entendimentos recíprocos gerados depois de ações conjuntas convenientes, realizadas por uma pessoa e por outras, de modo não arbitrário” (BENEDETTO, GUI, 1987), significa saber que bens presentes em transações em que cada um pode oferecer sua parte de forma anônima **não são bens relacionais**, tampouco, se concretizará a interdisciplinaridade com visão estreita de que a minha disciplina é melhor do que a outra e com a cultura “farinha pouca meu pirão primeiro”.

Além disso, nas relações entre extensionistas que se aproximam de comunidades com vulnerabilidades plurais quase sempre é primazia o modo relacional “eu-isso” (Buber, 1977), seja o “isso” a universidade, seja o “isso” a comunidade. Para construir bens relacionais é preciso exercitar o modo relacional “eu-tu” na extensão com fraternidade.

Fazer este exercício requer paciência histórica e capacidade dos extensionistas para reconhecer os desvios e recomeçar.

Também, não se pode afirmar que os estudantes que estão desenvolvendo o Programa Recosol, docentes e as pessoas das cooperativas vinculadas estão plenamente em conformidade com o exercício dos princípios e valores da economia de comunhão, mas, como é um processo pode-se afirmar que estão a caminho.

### 3. Considerações parciais

Na direção das raízes e rumos da extensão universitária, e quando se tem a consciência (“cabeça bem-feita”) de que a fraternidade pode ser praticada na extensão como atividade humana e civil é preciso basear-se num terreno comum, o Dom - Dádiva -, que **não** permita que os pressupostos dos programas e projetos de extensão - “o contrato”- se tornem furto ou abuso do “forte” (universidade) sobre o “fraco” (a comunidade). E, que o dom (extensão) não se transforme em assistencialismo ou, pior em domínio disfarçado sobre o outro.

Na direção das asas, trabalhar é preciso para que a extensão universitária possa transcender e afirmar suas raízes e rumos fraternos.

Transcender no sentido de “tudo junto ao mesmo tempo e agora”, e na contra corrente dos rastros pisados, que possibilite mudar os rumos do paradigma um mais um é igual a dois e estabelecendo novas relações cidadãos e solidárias.

Transcender da visão conservadora, monológica, hierarquizada e monocultural, com foco na parte (indivíduo) para a visão crítica dialógica, horizontalizada, diversificada, comunitária, voltando à relação extensionista para o paradigma um mais um maior do que dois, conforme

sinalizou Mauro Guimarães.

Transcender construindo novas relações dialógicas com a consciência de que o outro nos antecede, sobretudo, antecede os projetos de extensão.

E por fim, com o exercício da liberdade, humildade, generosidade, gratuidade, equidade e fraternidade, como reverência e referência na relação com o outro “No mistério do Sem-Fim equilibra-se um planeta. No planeta, um jardim. No jardim, um canteiro. E no canteiro, o dia inteiro. Entre o mistério do Sem-Fim e o Planeta, a asa de uma borboleta...”. (Cecília Meireles).

#### **4. Referências Bibliográficas**

ALEXANDRE Agripa Faria. Práticas Ambientais no Brasil: definições e trajetórias. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

BRUNI, Luigino, ZAGMANI Stefano. Economia Civil: eficiência, equidade e felicidade pública. Vargem Grande Paulista, SP: Editora Cidade Nova, 2010.

BRUNI, LUIGINO. Comunhão e Novas Palavras em Economia. Vargem Grande Paulista: Editora Cidade Nova. 1999.

BUBER, Martin. Eu-Tu. 10ª Ed. Brasília: Editora Centauro, 2012.

GUI, Benedetto e SUGDEN, Robert. Economics and Social Interaction: Accounting for Interpersonal Relations. (Hardcover). Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

GUIMARAES, Mauro. Educação Ambiental Cidadã e Solidária. (in) III Encontro de Iniciativas Ambientais internas e externas à UNIRIO. 22 e 23 de novembro de 2012.

LUBICH, Chiara. A Arte de Amar. Meditações de Chiara Lubich. Vargem Grande Paulista: Editora Cidade Nova. 2007. 2ªed.

MORIN, Edgar. A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma e reformar o pensamento. 19ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

TAVARES, Laura. Extensão Universitária na UFRJ: avanços e desafios no período 2006-2010. (in) Revista Extensão na UFRJ. 2011

WEIL, Pierre. A Arte de Viver em Paz: por uma nova consciência, por uma nova educação. São Paulo: Editora Gente 1993.

#### **5. Agradecimentos**

Aos estudantes bolsistas e voluntários de extensão e aos catadores de materiais recicláveis que possibilitaram a pesquisa participante que resultou na sistematização desta comunicação.